

Núcleo Gerador: Relações Económicas

Núcleo Gerador: Gestão e Economia

Resultado de Aprendizagem: Sociedade, Tecnologia e Ciência no Contexto Privado (AR1)

Tema: Orçamentos e Impostos

Critério de Evidência:

Ciência I - Identificar despesas e receitas de um orçamento familiar.

Ciência II – Aplicar rubricas orçamentais a novos custos e/ou receitas de acordo com procedimentos contabilísticos elementares.

Ciência III - Projectar a médio prazo, através de cálculos de estimativa de despesas e receitas investimentos familiares com viabilidade financeira.

Função consumo

O consumo corresponde à despesa suportada pelas famílias na aquisição de bens e serviços de vários tipos (alimentares, vestuário, calçado, automóveis, electrodomésticos, serviços médicos, etc.) de forma a satisfazerem necessidades e maximizarem a sua utilidade. Ao mesmo tempo, a importância do consumo a nível macroeconómico é também muito elevada, correspondendo normalmente à maior parcela da despesa nacional de uma economia (que inclui ainda, entre outros, as despesas do Estado e as despesas de investimento). Assim, o consumo é por regra uma das principais componentes da procura agregada de uma economia.

O principal instrumento de análise do consumo é a denominada função consumo, que em termos microeconómicos relaciona as despesas de consumo total com o valor do rendimento disponível de um consumidor. Em termos macroeconómicos, a função consumo representa a relação entre o consumo total de bens e serviços dos agentes privados de uma economia e o rendimento disponível desta, representado normalmente pelo produto nacional bruto.

Embora os padrões de consumo difiram muito de consumidor para consumidor, há algumas tendências genéricas identificáveis a esse nível: a proporção de rendimento gasto em bens de primeira necessidade é superior nas famílias com menores rendimentos; a proporção de despesa com alguns bens, designadamente alimentares, decresce à medida que o rendimento aumenta; as despesas com alguns tipos de bens (vestuário, automóveis, etc.) aumentam mais do que proporcionalmente face a aumentos do rendimento; quanto maior o rendimento, maior a percentagem do seu valor que não é gasta em consumo, destinando-se a poupança; etc. De acordo com as regras de funcionamento dos padrões de consumo, a função consumo pode ser representada num gráfico em que são utilizados como eixos naturalmente o valor do consumo (no eixo vertical) e o valor do rendimento disponível (no eixo horizontal). Desde logo pode identificar-se o significado da bissectriz do ângulo recto formado pelos dois eixos: ela representa o conjunto de pontos para os quais o consumo iguala o rendimento, não havendo portanto possibilidade de poupar.

A função consumo assume normalmente uma forma crescente na direcção nordeste, sendo que a sua inclinação depende naturalmente do impacto no consumo de aumentos no rendimento disponível. Esse impacto é medido através da denominada propensão marginal ao consumo, que corresponde precisamente ao aumento no consumo verificado por via do aumento de uma unidade no rendimento. Se todo o rendimento adicional for para consumo, a propensão marginal ao consumo será de um; se todo o rendimento adicional for poupado e não consumido, a mesma propensão será de zero. Em termos gráficos, a propensão marginal ao consumo corresponde ao declive da função consumo. Tendo em conta que é de esperar que a propensão marginal ao consumo seja maior para níveis de rendimento baixos e menor para níveis de rendimento mais elevado, a curva que representa a função consumo será mais inclinada (na vertical) na zona de rendimentos mais reduzidos (onde as variações de consumo por variação unitária de rendimento são superiores) e menos inclinada nas zonas de maior rendimento. Na zona em que a curva da função consumo se situar acima da bissectriz, verifica-se um excesso de consumo face ao rendimento, pelo que as famílias estão a recorrer a poupanças do passado ou ao crédito; por sua vez, na zona em que a curva se situa abaixo da bissectriz referida, as famílias obtêm uma poupança, que corresponde à diferença entre as duas linhas; no ponto de intersecção da curva da função consumo com a bissectriz, o consumo iguala o rendimento.

Os estudos empíricos confirmam que o rendimento disponível é o principal factor influenciador do consumo. No entanto, não é de descurar o papel desempenhado por outros factores, como sejam: o rendimento permanente, ou seja, o que deriva do facto de os agentes tomarem decisões de consumo tendo em vista o futuro; a riqueza já detida pelos agentes; os impostos e a inflação, na medida em que podem desincentivar a poupança e impulsionar o consumo; etc.

É importante fazer ainda a distinção entre salário nominal e salário real.

O **salário nominal** refere-se à quantidade de moeda recebida pelo trabalhador e o **salário real** refere-se ao poder de compra do indivíduo, ou seja, à quantidade de bens e serviços que o trabalhador consegue adquirir.

Passemos agora ao estudo da remuneração do factor capital.

A remuneração do factor capital

A remuneração do factor capital pode assumir diferentes formas consoante o seu destinatário: rendas, juros e lucros.

Renda

É o rendimento dos proprietários de bens imóveis. Por exemplo, o senhorio recebe uma renda pelo arrendamento de uma casa ou de uma fábrica.

Juro

É a remuneração dos fundos de natureza financeira colocados à disposição de empresas ou particulares, para investimento ou consumo. Por exemplo, os bancos recebem juros pelos empréstimos concedidos aos clientes (empresas ou particulares); os clientes recebem juros pelos depósitos que efectuam num banco.



www.bancoBPI.pt



www.santander.pt



www.barclays.pt

A generalização do crédito à habitação faz com que os devedores procurem constantemente bancos com taxas de juro mais baixas.

Lucro

É a remuneração do empresário por assumir o risco de investir os seus meios num determinado negócio. O empresário quando investe fá-lo na expectativa de vir a receber esse lucro, o que não se verifica quando o negócio regista prejuízos.

O lucro é aleatório pois é impossível prevê-lo, uma vez que depende de diversos factores, como as condições de mercado, empreendedorismo do empresário, competências da gestão, etc. É também residual pois é a última parcela a ser retirada do rendimento da produção.

Ao longo do processo produtivo, existem bens de produção que se vão deteriorando, que envelhecem, que se desactualizam. Ao valor destinado a repor a capacidade produtiva da empresa dá-se o nome de **amortização**. Assim sendo, temos dois tipos de lucro: o lucro bruto e o lucro líquido.

$$\text{Lucro líquido} = \text{lucro bruto} - \text{amortizações}$$

Acabámos de estudar como é que o rendimento se reparte por todos aqueles que participam na sua formação. Seguidamente iremos avaliar como se reparte entre os indivíduos/famílias.

Uma taxa é o preço pago pela utilização de bens semipúblicos. Só são pagas pelos utilizadores dos respectivos serviços. Por exemplo, as portagens das auto-estradas só são pagas se utilizarmos as auto-estradas.

As quotizações sociais são uma parcela dos salários que é paga à Segurança Social, em parte pelos trabalhadores e em parte pela empresa.

As transferências sociais ou **internas** são as verbas recebidas por particulares no âmbito de operações de redistribuição, tais como pensões de velhice, subsídio de desemprego, abonos de família, subsídio de maternidade, etc.

As **transferências externas** ocorrem devido a não vivermos numa economia fechada. Por exemplo, Portugal está inserido na União Europeia juntamente com mais 26 países onde existe livre circulação de bens, pessoas e capitais, daí que seja favorecida a mobilidade entre os estados-membros.

Mais amplamente, num mundo onde impera a globalização, os fenómenos de emigração e imigração são também facilitados e são eles os responsáveis por estas transferências de capitais entre diferentes países.

As transferências externas englobam as remessas dos imigrantes, que vêm do resto do Mundo para o nosso país, aumentando esse rendimento, e das remessas dos emigrantes, que vão do nosso país para o resto do Mundo.

Tal como vimos, o rendimento que as famílias vão efectivamente utilizar não é aquele que resultou da repartição pessoal primária.

Por um lado, as famílias pagam impostos ao Estado, descontam para a Segurança Social, e, por outro, podem receber transferências sociais ou internas e/ou transferências externas. Assim sendo:

Rendimento pessoal disponível = rendimentos primários (salários, rendas, juros e lucros) + rendimentos secundários (transferências sociais ou internas e externas) - impostos e quotizações

O rendimento disponível dos particulares inclui o somatório de todos os rendimentos usufruídos pelas famílias, incluindo as transferências internas e externas, a que é deduzido o valor dos impostos directos e das contribuições para a Segurança Social.

Exercícios:

1. Classifique as seguintes afirmações em verdadeiras (V) ou falsas (F):

- a) Os salários são rendimentos devidos pelo trabalho. ____
- b) O lucro é o único rendimento de factor capital que não é fixado previamente. ____
- c) Quando o salário nominal aumenta então o salário real aumenta certamente. ____

2. Numa família, a despesa de consumo reparte-se pelas seguintes rubricas:

Tabela 1 - Estrutura das despesas de consumo (%)

Rubricas	Euros
Alimentação, bebidas e tabaco	8000
Vestuário e calçado	1000
Transportes	3000
Lazer	6000
Outros bens e consumo	2000

- a) Será correcto afirmar que o coeficiente orçamental da rubrica Transportes é de 3000 €?

- b) Determine a estrutura de consumo desta família.

3. Coloque-se na posição da família da questão anterior que tem um rendimento líquido anual de 25 000 €. Esta família além das despesas mencionadas na tabela 1, necessita adquirir os seguintes produtos:

Tabela 2 – Produtos a adquirir.

Produto	Valor a pagar por mês (€)	Duração da prestação
Viagem	300	6
Televisão	200	4
Computador	210	5

Para obter estes bens esta família não pretende recorrer ao crédito bancário. Os três produtos têm igual prioridade.

a) Pode esta família adquirir os três produtos em simultâneo? Justifique. (Apresente todos os cálculos que efectuar)

b) Caso tenha respondido não na alínea anterior, que produto(s) pode a família adquirir, de forma a optimizar o rendimento disponível. Justifique.

4. Distinga salário nominal de salário real.

5. Distinga as quatro modalidades de repartição dos rendimentos: salários, juros, rendas e lucros. Mencione exemplos para cada modalidade.

6. Identifique **seis** despesas de um orçamento familiar que sejam referidas no texto.

7. Refira o que considerou mais interessante na realização desta actividade.

8. Sentiu dificuldades em responder às questões anteriores? Indique-as.

9. Refira o que necessita de melhorar para ultrapassar essas dificuldades.
